

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: D.O.U. Class.: seção I  
Data: 15/09/92 Pg.: 12731-33

## FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHO Nº 29, DE 10 DE SETEMBRO DE 1992

Assunto: Processo FUNAI/BSB/1850/92. Referência: Área Indígena CANAUANIM. Interessado: Grupos Indígenas Makuxi e Wapixana. EMENTA: Aprova o relatório de delimitação da Área Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 22, de 04 de fevereiro de 1991.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/1850/92, e considerando o Parecer nº 025/CEA/92 de autoria da relatora MARIA GUIOMAR DE MELO, aprovado pela Resolução nº 067/CEA/92, que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1 - Aprovar as conclusões objeto da citada Resolução para a final, reconhecer os estudos e adequações à delimitação da Área Indígena CANAUANIM, de ocupação dos respectivos grupos tribais Makuxi e Wapixana, com a superfície e perímetro aproximados de 11.650 ha e 50 km respectivamente, localizada no Município de Bonfim, Estado de Roraima.

2 - Determinar a publicação no D.O.U do Parecer, Memorial Descritivo e Despacho, na conformidade do Art. 2º, § 7º do Decreto 22/91.

3 - Encaminhar o respectivo processo de demarcação ao Ministério da Justiça, acompanhado da Minuta de Portaria Declaratória, para a aprovação.

SYDNEY FERREIRA POSSUELO

## PARECER Nº 25, DE 18 DE AGOSTO DE 1992

Processos FUNAI/BSB/0924/81, 0539/84 e 1600/90. Denominação: Área Indígena CANAUANIM. Grupos Indígenas: Makuxi e Wapixana. Família: Karib (Makuxi). Tronco: Aruak. Família: Aruak (Wapixana). População: 260 habitantes. Aldeias: 1. Localização: Município de Bonfim, Estado de Roraima. Superfície: 11.650 ha (onze mil seiscentos e cinquenta hectares), Perímetro: 50 km aproximadamente. Levantamento Fundiário: 8 ocupantes não-índios, 5 já receberam indenizações e 1 ainda com benfeitorias a ser indenizado.

## I - HISTÓRICO

Os Makuxi e Wapixana ocupam tradicionalmente uma vasta região de Roraima, sendo que os Makuxi estão mais concentrados ao nordeste e os Wapixana no centro-leste, existindo, entretanto, territórios de ocupação comum, como a Área Indígena Canauanim.

Para compreender a situação das invasões de suas terras por posseiros ou fazendeiros, faz-se necessário ter conhecimento da história da colonização de Roraima. A penetração do europeu na região provocou a desagregação dos povos indígenas, que num período anterior conviviam simbioticamente, apesar das guerras intertribais.

O território de domínio Wapixana estava sendo invadido pelos Makuxi, pressionados pelos colonizadores do caribe (espanhóis, ingleses e holandeses). As relações interétnicas variava de grupo para grupo e de aldeia para aldeia. Dependendo do contato, mantiam relações amistosas, comerciais e alianças matrimoniais, ou então, eles guerreavam ou raptavam as mulheres.

O impacto da sociedade envolvente sobre as sociedades indígenas mais isoladas foi sentido num período anterior ao contato propriamente dito. Após a colonização do litoral, os primeiros contatos dos europeus ocorreram com as populações indígenas ribeirinhas, o que provocou imediatamente a depopulação das comunidades interioranas. A depopulação foi causada pelas doenças transmitidas aos índios recém-contatados, que passaram a ser agentes transmissores aos índios ainda isolados, mas com os quais mantiam relações amistosas, bem como pelo domínio dos grupos colonizados sobre os índios interioranos. O contato provocou uma drástica alteração nas relações interétnicas, tendo em vista que o poderio bélico dos índios colonizados era bem superior aos isolados, o que possibilitou o domínio e o fato deles serem posteriormente os agentes colonizadores de outras etnias; a penetração dos colonizadores no continente ocorreu com a finalidade de arrematar escravos indígenas, para impulsionar as atividades econômicas desenvolvidas na faixa litorânea. Os colonizadores aproveitaram as rivalidades intertribais para atingir seus objetivos. Aliaram-se a determinados grupos, que viviam em guerras com outros, dessa forma os grupos coligados atacaram seus inimigos, os quais foram escravizados em nome dos governantes da Espanha, Holanda, Inglaterra ou Portugal.

Em síntese, a colonização levou o desaparecimento de diversos grupos indígenas, seja por causa das epidemias ou por decorrência do acirramento das disputas intertribais.

Com o tempo, os grupos Karib (Makuxi), que subjulgaram os Aruak (Wapixana e Atruahu), e que tinham uma posição privilegiada perante os colonizadores, também foram pressionados e obrigados a migrarem para o interior, como havia ocorrido anteriormente com outros povos indígenas.

Naquela época, o lavrado (campo ou savana) encontrava-se com pouca densidade populacional, na região dos Aruak, dominavam os Wapixana, os quais não queriam que os povos Karib (tradicionalmente inimigos) viessem a ocupar a sua terra. Pela hostilidade dos Wapixana, os Karib (Makuxi) migraram para outras regiões, porém ao deslocarem-se para o norte do rio Cotingo, encontraram os Ingarikó; a leste no rio Essequibo era ocupado por Patamona e Akwaio; a oeste pelos Yanomami; e nas margens do Tacutu havia os Paravilhana (Paruiang). Diante da situação, a única solução encontrada por eles foi de entrar em guerra com os Wapixana, para garantir a sobrevivência.

A questão da guerra entre os dois grupos, normalizaria-se através do intercâmbio comercial, quando os portugueses chegaram a região e passaram a beneficiar os Wapixana em detrimento dos Makuxi, ex-aliados dos espanhóis. A aliança luso de qualquer forma alterou um processo tradicional entre os índios de realizar a guerra e a paz.

A penetração do rio Branco ocorreu simultâneo ao rio Negro, realizada pela expedição de Pedro Teixeira. No século XVII, os portugueses já haviam reconhecido a área ao longo do seu percurso e os afluentes da zona campestre. Segundo Ribeiro de Sampaio (1777), o conhecimento do rio Branco decorre desde 1655 e o seu inteiro descobrimento de 1670 ou 1671. A partir dessa época ocorreram entradas e comércio, mas não se tem conhecimento de documentação a respeito (ver Diniz, 1972:271). Ocorreram as seguintes entradas de "tropas de resgates": 1725, 1736, 1740 e 1744. Pela Lei de 06.06.1755, terminou as atividades das tropas de resgate.

Paralelo a fase de escravização indígena, ocorreu a expansão religiosa, com a chegada dos missionários Carmelitas. Em 1692, a Câmara de Belém fez uma petição ao rei de Portugal para a atuação missionária do Rio Branco. Em 1693, o Conselho ultramarino atendeu a solicitação escolhendo os Carmelitas (ver Amodio, 1983:20). Em 1725, os Frades Carmelitas estabeleciam-se na região do rio Branco na missão de catequeses (ver Testa, 1981:05).

Com a colonização portuguesa houve um novo desequilíbrio populacional causada pela escravização indígena e pelas epidemias de sarampo e varíola. As epidemias que atingiram o Amazonas, nos anos de 1724 e 1776, acabaram atingindo a população do rio Branco levada pelas tropas de resgate (ver Amodio, 1983:25).

Após o processo de escravização indígena pelos portugueses, prosseguiu a colonização com o estabelecimento do Forte São Joaquim, a partir de 1775, na conferência dos rios Uraricoera e Tacutu (ver Diniz, 1972:28).

Segundo Ribeiro de Sampaio, em 1777, após a construção do forte pelo capitão Sturn, que incentivou a instalação de povoações indígenas em sua redondeza, como: Carmo (Boa Vista), Santa Isabel, Santa Bárbara no Rio Branco, São Felipe no Tacutu e Conceição no Uraricoera. O contingente de índios reduzidos, que ali se estabeleceu alcançava 1.019 índios (591 do sexo masculino e 428 do sexo feminino) representados pelos "Paraviana, Uapixana, Separá, Aturauí, Tapicau, Uaiumucá, Amaripá, Pauxiana". Eram conhecidos ainda os "Caripona, Macuxi, Uaicá, Securi, Carapi, Sepuru e Umaiana", os quais não encontravam-se reduzidos (ver Diniz, 1972:27-28).

No século XVIII, apesar da colonização portuguesa, Roraima continuava sobre o domínio dos grupos indígenas. Segundo Henri Condreau, em 1787 conhecia-se 22 tribos que habitavam o rio Branco, assim distribuídos: Paraviana, Amaribas, Atorradi nascentes dos rios Tacutu e Repununi; Caripuna, Caraiba e Makuxi na serra Maracapã, próximo às nascentes dos rios Maku e Parime; Tucurupi, Aracapi e Oiacá no Parime; Arina no Amajari; Quinhsus no Cadacadá; Aoaqui nas fontes Chuamá; Guimara nas nascentes do Maracá; os Pauxiana no baixo e médio Catrimani; Barauana no alto Catrimani; Chaperos e Guajaros número reduzido; e Macu próximo à serra Andauari (ver Brea Monteiro, 1985:01).

Por volta de 1782/1792 surgiu a necessidade de delimitar as fronteiras entre o Brasil e Venezuela (ver Testa, 1981:5). Em 1787, Lobo D'Almada comandou a Comissão Portuguesa de Delimitação de Fronteira, percorrendo com sua equipe a bacia do rio Branco, chegando aos limites com a Espanha e Holanda. Na época, nos povoados habitavam 931 "almas", em volta de 72 "fogos", assim distribuídos: Carmo, 215 habitantes, com 16 famílias; Santa Maria, 165 habitantes e 12 famílias; São Felipe, 244 habitantes e 19 famílias; Conceição, 286 habitantes e 22 famílias e São Martinho, 21 habitantes e 3 famílias. Como estadista, ele planejou a colonização da região através da implantação das Fazendas Nacionais, visando a criação do gado nos campos nativos. Identificou Paravilhanos, Atruahis, Amaribás, Macuxis e Oapixanas habitando a região que corresponde na atualidade a Área Indígena Canaúanam.

Apesar do contato com os portugueses, em 1790, os Makuxi atacaram o Forte de São Joaquim, ferindo um soldado e matando quatro soldados e um índio. Em decorrência desse ataque houve o acirramento da guerra existente entre os Makuxi e Wapixana, tal fato leva a crer que o índio morto em combate era dessa etnia.

Entretanto, não foram apenas os Makuxi que se revoltaram contra os portugueses. Em 1798, os Paravilhana e Wapixana atacaram uma vila, matando o Diretor do aldeamento, um grupo de soldados e alguns moradores. Em represália, houve a expedição a mando do Tenente Leonardo José Ferreira, que participou da Comissão Portuguesa de Delimitação de Fronteiras, a qual massacró Wapixana e Paravilhana. O lugar da chacina ficou conhecido como Praia de Sangue.

No século XVIII, a frente de expansão caracterizou-se pela implantação das Fazendas Nacionais: São Marcos, São Bento e São José. A expansão econômica continuou lenta até o litígio entre o Brasil e a Inglaterra pela região (1841). Na área em disputa havia 31 fazendas de brasileiros e 5 dos ingleses. Fora da área os ingleses contavam com 2 e os brasileiros com 20 fazendas.

Por essa época, os ingleses intensificaram as expedições à região: 1812 Charles Waterton; 1828 Gullijer e Smith; 1834 Adam Baube; 1835 e 1838/39 Robert Sachomburgh (alemão a serviço dos ingleses). Na segunda viagem instalou a missão protestante dirigida pelo Padre Inglês Thomaz Yond (ver Monteiro, 1985:13).

Em meados do século XIX, a região colonizada por brasileiros encontrava-se estagnada. Existia apenas duas vilas: Santa Maria e Carmo. Pelo depoimento de João Henrique de Matos, Diretor Geral dos índios da província do Pará, era de extrema penúria. Ele visitou o Forte em abril de 1843, visitando também a Missão da Serra do Banco, que foi fundada em fevereiro de 1842, pelo missionário Pe. José dos Santos Inocentes da ordem Carmelitas Calçados que atendia os Wapixana e Makuxi. Existia a União do Porto Alegre, que assistia os "Jaricunas,

Prorutus, Saparães e Anhaíques"; Missão Macuxi no rio Pirara e rio Repununi (ver Monteiro, 1985:15)

Em virtude do litígio entre o Brasil e a Inglaterra, os missionários de Pirara foram expulsos da região. A situação normalizou-se a partir da assinatura do Tratado em 06.11.1901, quando foi estabelecido os limites entre os dois países.

Foi a partir do século XIX, que a região passou a ser mais documentada por expedições. Em 1878, houve a expedição de Everard Im Thurn; em 1882, houve a Comissão de Limites Venezuelano-Brasileira, comandada pelo Primeiro Tenente Naval Francisco Xavier Lopes de Araújo; entre 1883 a 1885 a de Henri Condreau; entre 1911 a 1912 a de Theodoro Koch-Grumberg; em 1913 a de William Farabre; e entre 1924 a 1925 a de Alexander Hamilton Rice

A região sofreu novas mudanças econômicas com a criação do Território do Rio Branco, pelo Decreto-Lei n. 5.812 de 13.09.43. Com a criação do Território houve um incremento de capital por parte do Estado, o que propiciou a partir da década de 40, que as terras indígenas passassem a ser ocupadas por garimpeiros e "aventureiros", que gradativamente foram estabelecendo-se na área e transformando-se nos fazendeiros de Roraima.

Pelo Decreto-Lei n. 4.182 de 13.12.62, a região passou a ser denominada por Território Federal de Roraima. A partir dessa época intensificou-se a capitalização no rio roraima, vindida com a construção da BR-174, que ligou Manaus a Boa Vista. E em 05.10.88, Roraima tornou-se Estado da Federação com a promulgação da nova Constituição.

**II - SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA**

Como já vimos, as influências culturais entre as sociedades indígenas iniciaram num período anterior ao processo de colonização. Havia naquela época um intenso comércio intertribal, apesar das guerras, que ocorriam em virtude das disputas territoriais, dos interesses econômicos ou da posse de mulheres. O comércio intertribal surgiu como consequência desse processo, podendo ser traduzido como um tratado de paz: onde as partes envolvidas regulavam as interações intersociais através das trocas de artefatos e manufaturados. A aliança concretizava-se pelas trocas matrimoniais, respeitando, assim, as fronteiras territoriais.

Com o intercâmbio ocorreu também a especialização por grupo de um determinado artefato ou produto. Cada grupo passou a produzir com mais eficiência. Como haviam muitos produtos na rede de trocas, o grupo tornou-se o objeto de valor de referência nas transações comerciais.

A intensidade do comércio levou ainda a especialização de alguns indivíduos, que aprenderam diversas línguas, transformaram-se em emissários em outras sociedades, defendendo os objetos de troca e conhecendo o modo de vida de aliados e possíveis inimigos. A especialização ultrapassou os limites econômicos atingindo níveis cognitivos, percebido por aqueles que faziam parte do sistema.

A aldeia Canauamim é auto-suficiente na produção de artefatos usados na vida cotidiana. Diversos objetos descartáveis em nossa cultura, após serem trabalhados artesanalmente, adquirem uma nova forma, sendo utilizados com outras finalidades (como pontas de flechas de metal, anzóis, etc.) (ver Amodio, 1983:59).

Com a colonização houve uma completa alteração no sistema de trocas, novos produtos foram introduzidos, ganhando valor especial em relação aos artefatos indígenas. A nova geração, que vive cercada por bens industrializados, não interessa em aprender a tecer ou a confeccionar qualquer artefato. A tradição de trabalhar o barro, de tecer o algodão ou de confeccionar a fibra da palmeira poderá desaparecer, dado que está sendo esquecido e renegado por uma geração que não teve alternativa, e que por força do contato indiscriminado foi obrigada a dar valor somente aos produtos industrializados, que são fáceis de manusear pelo mundo externo, mas no fundo possuem pouca utilidade nos limites da aldeia.

A colonização das terras Makuxi e Wapixana provocou drásticas mudanças na forma de ocupação do solo, mas de um modo geral a concepção sobre a posse da terra não foi alterada. Para entender como desenvolveram-se as atividades produtivas, é necessário abordar a concepção indígena sobre a Terra.

A Terra possui múltiplos significados (seja os espíritos da terra, das águas ou moradia dos "heróis" mitológicos, etc). Significa um "outro", mantendo uma relação de sujeito para sujeito, diversa da relação ocidental (passível de exploração). Essa relação determina uma nova concepção a nível de produção. Existe uma relação especial com a Terra... a natureza, é necessário agradecer quando é fértil e temê-la quando está enfurecida. A consideram como um ente(s), numa categoria não humana. Sendo, portanto, impossível de ser possuída, sendo difícil deles entenderem a nossa perspectiva de posse, de cercar campos e rios. Isso explica de um lado a facilidade das invasões e do outro a dificuldade em uni-los em defesa de seus direitos, porque a Terra não é passível de ser negociada, cercada, violentada (ver Amodio, 1983).

Os índios exploram com extrema racionalidade seu "habitat" apesar do contato secular. Continuam a desenvolver as atividades agrícolas, de coleta, caça e pesca, aproveitando os recursos naturais disponíveis na região.

Praticam a agricultura de coivara, ocorrendo migrações periódicas de três a quatro anos, devido ao esgotamento do solo. Cada aldeia migra numa dada região, após vários anos de mudança contínuas, completa-se um ciclo, o que permite que as plantas que levam muitos anos para crescer (jenipapo e cajueiro) poderão ser aproveitadas pelas gerações subsequentes. Existe consenso, o que seria a área de uma comunidade ou de um determinado grupo étnico. Para chegarem a ter uma agricultura adaptada às condições da região, foi necessário adquirir um conhecimento aprimorado do meio ambiente, bem como passar por diversas experiências com erros e acertos no cultivo do solo. Ocupam uma extensa faixa de terra em decorrência das mudanças em busca de novas áreas de cultivo, aliadas a procura de caça e pesca em abundância em virtude da escassez do local que ocupavam anteriormente.

Numa terra com pouca fertilidade conseguiram obter os alimentos necessários a manter uma dieta equilibrada. Usando de uma tecnologia relativamente simples cultivam diversas espécies vegetais. A plantação básica é a mandioca (brava), que é consumida em forma de beiju, caixiri (bebida fermentada) e farinha.

As roças são cultivadas pelas famílias extensas, o trabalho é organizado pelos homens de influência. Existindo uma divisão sexual do trabalho, cabendo ao homem as atividades de derrubada e queimada da

mata, bem como o plantio; e as mulheres a preparação do terreno e a colheita. Ambos cuidam do roçado intermitentemente até a época da colheita (ver Amodio, 1983:5).

A forma usual de cultivar a lavoura é através do trabalho comunitário, ou adjunta que é fator de união entre os grupos de parentes. É organizado pelo tuxawa ou parentes, onde pode-se perceber a coesão e a unidade política da aldeia. O sistema aumenta a solidariedade entre os afins, possibilitando a manutenção das relações tradicionais de ajuda mútua.

A produção agrícola varia conforme o grau de contato familiar com a sociedade nacional. Ocorrendo a influência de novas espécies vegetais. De repente, uma família que tinha uma produção voltada para consumo interno, passa de uma economia auto-suficiente para a dependência, e para a produção voltada para o mercado.

É através da caça e da pesca que obtêm as proteínas necessárias à nutrição. Em determinadas épocas do ano (como Natal, Páscoa ou Aleluia), realizam as pescarias coletivas que contam com a participação de índios de outras aldeias e da cidade. O tuxawa que organiza o evento, que reforça os laços de solidariedade e reciprocidade de aliados próximos e distantes. É combinado o dia em que os grupos se encontrarão numa determinada comunidade, a comemoração pode durar dias, tendo muita comida, bebida e danças, como o tradicional parixara ou o forró.

Para os índios citadinos, a pescaria significa o momento de resgatar ou reforçar sua identidade, que encontra-se diluída na cidade, ou melhor escondida, camuflada, porque o medo de ser identificado como índio, para em Boa Vista ou em qualquer cidade de Roraima. Na volta a terra natal, que os índios oprimidos na cidade reencontram sua gente, o seu mundo e distanciam da repressão cotidiana. Eles desempenham um papel importante para a comunidade. Sua casa na cidade serve como hospedagem para os parentes resolverem os problemas e fazer tratamento hospitalar e odontológico. Na ida a aldeia levam os produtos industrializados que são trocados com os parentes por alimentos, reforçando o comércio entre citadinos e aldeados.

Independentemente da condição de moradia, na pescaria algumas mulheres permanecem na comunidade para preparar a farinha, o beiju e o caxiri. Ambos os sexos formam pequenos grupos, para pescarem nos lagos, igarapés e nos rios. Outros homens dedicam-se a caçada. Conhecem e exploram com extrema habilidade os cursos d'água e restingas, que exploram à procura de cardumes, jacarés, carangueijos, traçajá, etc. é geralmente em volta dos cursos d'água que existem as matas e buritizais onde cacam. Entretanto, pescam frequentemente nos cursos d'água próximos a aldeia (Canauanim, Surrão, Mata-Mata, Onça, Inajá, Jenipapo, Arumã). Apenas quando ocorre pescarias organizadas, que distanciam-se de suas choupanas. Usam arco e flecha, anzóis, jaquis e tarrafas de pau ou linha de nylon.

Usam, também, o timbó. Nos últimos anos a repressão policial, a mando dos fazendeiros, para impedi-los de usar tal técnica, vem assustando a comunidade. Em decorrência, o mito sobre a origem do timbó e o conhecimento sobre as várias espécies de planta poderão desaparecer. O emprego do timbó ocorre em determinada época, quando as águas estão empossadas, e o uso de outra alternativa torna-se inviável ou dispendiosa. Eles sabem equilibrar harmonicamente as técnicas conhecidas com as condições ambientais. Com a repressão contínua, os índios não conseguem obter a principal fonte proteica, o peixe. Além disso, a pesca com o timbó é realizada após a desova, quando existem pequenos peixes em abundância, que precisam ser consumidos para voltar a ter equilíbrio entre as várias espécies.

A caça é a outra opção em proteína. Caçam com o arco e flecha, armadilha, espingarda e outrora com zarabatanas (ver Diniz, 1972:67/68). Existem muitos tabus em torno da carne de caça, mas consomem pacas, veados, tatus, jabutis, jacarés, cotias, antas, capivaras, porcos do mato, macacos e várias espécies de pássaros. As caçadas são feitas nas matas próximas à aldeia, nos campos limpos, lavrados, boqueiros e matas de buritizais que margeiam lagos e igarapés.

O gado foi usado como um instrumento para a conquista territorial. Serviu para expulsar os índios de sua terra e transformá-los em peões e vaqueiros. Cada cabeça de gado significou um pedaço de terra, que os índios não podiam mais viver, que os animais selvagens deveriam desaparecer, para deixar o pasto livre para o rebanho. O gado representou conquista de terras e morte dos índios.

Com a implantação das Fazendas Nacionais, o gado passou a ser o elemento de ocupação dos campos. A implantação das fazendas visava, também, integrar os índios a sociedade nacional, através da utilização da mão-de-obra para criação do gado. Com a invasão da região por fazendeiros, os índios passaram a ser considerados simples "caboco" (termo regional para o índio), que deveriam exercer as funções de peões e vaqueiros de alguma fazenda distante dos centros urbanos.

Após um longo período de dependência, os índios começaram a reagir, lentamente a situação imposta. A forma encontrada para reconquistar o território foi de usar o mesmo meio empregado para apossar, expulsar e oprimi-los em sua terra. Foi então que passaram de peões e vaqueiros a criadores de gado.

No início, alguns conseguiram possuir pequenas criações, as quais foram obtidas após anos de trabalhos nas fazendas. Tal iniciativa não incomodou os fazendeiros, pois a situação estava sobre o seu domínio, dentro da lógica estabelecida. Pelo sistema pré-capitalista, os vaqueiros podem um dia constituir uma fazenda dependendo do esforço pessoal. A competição é brutal, e a maioria dos vaqueiros indígenas trabalham a vida inteira e quando estão velhos, são dispensados da função, sendo obrigados a voltar a aldeia.

A reação a ordem estabelecida ocorreu com os projetos de criação de gado comunitário, iniciativa da Diocese e consecutivamente da FUNAI. O projeto consiste em distribuir uma quantidade x (geralmente 50) cabeças por aldeia, que varia conforme o número de habitantes e as condições da área para a pecuária. A comunidade responsabiliza-se pela criação, que após 5 anos é repassada a outra aldeia, ficando as novilhas.

Com a criação do gado, os índios vão conquistando sua independência. Não precisam mendigar o leite nas fazendas, pois tem o suficiente para abastecer a aldeia. Se a caça desapareceu por causa do gado, podem, com o tempo, abater uma rês para alimentar a família. Com o resultado, sentem-se fortes e que unidos poderão reconquistar a sua terra.

### III - SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

A regularização fundiária da A.I. Canaunim decorre desde 1977, sendo que foram organizadas 3 (três) expedições com o mesmo objetivo: a) pelas Portarias n 549/550 de 21.10.77, foram criados dois subgrupos de estudos com o objetivo de efetuar um levantamento global da situação das terras indígenas de Roraima, visando a identificação e a delimitação das áreas indígenas discriminadas e analisadas de acordo com a regularização fundiária da época; b) pela Portaria n 509/E de 05.01.79, foi designado um novo GT para proceder ao fechamento dos descritivos das áreas indígenas que foram identificadas em 1977, bem como para concluir o levantamento realizado pelo GT anterior; c) pela Portaria n 950/E de 28.05.81 o Presidente da FUNAI designou um GT, formado por antropólogo e engenheiro agrimensor, para reestudar e definir a A.I. Canaunim.

Após vários estudos antropológicos realizados pelos servidores da FUNAI sobre a ocupação territorial dos Wapixana e Makuxi da região de Canaunim, o Presidente da FUNAI delimitou, pela Portaria n 1226/E de 21.05.82, uma área que abrange aproximadamente 6.324 ha (com adequação 11.650 ha).

Pela Portaria n 1.533/E/83, foram designados técnicos da FUNAI/INCRA e do Território Federal de Roraima, que realizaram o levantamento fundiário, que identificou 13 ocupantes, com benfeitorias no valor de 655.583,49 (de acordo com parecer n 097/86/GT - Port. 002/83/Dec. 88.118/83). Posteriormente, cinco posseiros receberam indenizações e quatro posseiros venderam inescrupulosamente a área a outros seis ocupantes (Portaria n 772/90 de 10.08.90).

Pelo Parecer n 097/86 constituído pelo GT - Portaria 002/83 do Decreto n 88.118/83, foi assinada a demarcação da área conforme acordado na ata da 7 Reunião Ordinária do GT, do Decreto 88.118/83.

Pela Ordem de Serviço n 435/5 SUER/88, foi designado engenheiro e técnico em agrimensura para demarcar a área. Diante dos impecilhos da ADR, dos posseiros e principalmente dos índios, não foi possível realizar a demarcação, que não correspondia a identificação dos limites originais, gerando ações judiciais de Mário Calegari contra a FUNAI (Proc. n 90.4997-0 e 91.0026594-4), sendo que a Justiça Federal foi favorável aos índios e FUNAI.

Pela Portaria n 1188/89 de 17.11.89, foi designado um GT para "manter contato com a comunidade indígena Canaunim, objetivando dirimir dúvidas quanto aos limites da mesma para fins de demarcação". Em decorrência, o servidor Horst da FUNAI junto com o chefe do PI Recanto da Saudade assinaram acordo entre índios e posseiros alterando os limites da área, para beneficiar os invasores negligenciando as necessidades da comunidade das áreas de caça e pesca.

Em consequência do acordo, o Ministério Público Federal acionou uma Ação Civil Pública, para que a FUNAI cumprisse suas prerrogativas legais de defender os índios e a A.I. Canaunim, exigindo a demarcação e a imediata retirada dos posseiros da região.

A nível interno da FUNAI, pela Portaria n 772/90 de 10.08.90, foram designados três servidores para apurar as irregularidades apontadas pelo Ministério Público Federal nos autos da Ação Civil Pública n 616/90, envolvendo servidores da FUNAI na celebração de acordo com posseiros da A.I. Canaunim. Em síntese, pelo relatório da Comissão, assinado por J. J. Mancin, engenheiro agrimensor, e I. M. P. Rogedo, antropóloga, pode-se concluir que: - os índios paralizaram a demarcação em novembro de 1988, devido as falhas existentes na base cartográfica que deu origem a delimitação de 1982, que foi um mapa do Projeto Fundiário do INCRA - Gleba Tacutu, ano de 1974, que apresentava falhas na toponímia da região. - O GT adequou os limites da área utilizando a base cartográfica oficial do DSG-MEX, folhas NA-20-X-D-II e III MI-54 e 55, gerando um memorial descritivo, que foi aprovado pelos índios e encaminhado ao Presidente da FUNAI, que por razões desconhecidas não foi publicado. A área com adequação atinge os limites da Área Indígena Malacacheta, com superfície de 11.650 ha e perímetro de 50 km, mantendo os mesmos pontos definidores da Portaria n 1226/E de 21.05.82 (924/81, fls. 193 e 194).

### IV - CONCLUSÃO

Considerando a ocupação imemorial dos Makuxi e Wapixana de 11.650 ha, somos favoráveis a demarcação da Área Indígena Canaunim. Portanto, o parecer com a anuência dos índios deve ser encaminhado ao Ministro da Justiça para declaração de posse da terra, conforme determina o Decreto n 22 de 04.02.91.

MARIA GUIOMAR DE MELO

**MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO**

**DENOMINAÇÃO**  
ÁREA INDÍGENA CANAUANIM

**ALDEIAS INTEGRANTES**  
CANAUANIM

**GRUPO INDÍGENA**  
MACUXI e WAPIXANA

**LOCALIZAÇÃO**

MUNICÍPIO : Bonfim ESTADO : Roraima  
SUPERINTENDÊNCIA : 5ª SUER ADR : Boa Vista

EXTREMOS	COORDENADAS DOS EXTREMOS	
	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE :	02°49'24,79"N e	60°27'28,60"Wgr.
LESTE :	02°48'27,54"N e	60°25'06,99"Wgr.
SUL :	02°43'25,56"N e	60°31'02,77"Wgr.
OESTE :	02°45'33,07"N e	60°34'51,45"Wgr.

**BASE CARTOGRÁFICA**

NOMENCLATURA	ESCALA	ORGÃO	ANO
MI - 54 e 55	1:100.000	DSG	1.983

ÁREA : 11.650 ha (Onze mil e seiscentos e cinquenta hectares).  
PERÍMETRO : 50 Km (Cinquenta quilômetros).

**Descrição do Perímetro**

**NORTE** : Partindo do Ponto 1 de coordenadas geográficas aproximadas 02°49'07,58"N e 60°32'48,03"Wgr., localizado na confluência do Igarapé Canauanim com o Igarapé Surrão; daí, segue por uma linha reta no azimute e distância aproximados 86°48'38" - 9.885 metros até o Ponto 2 de coordenadas geográficas aproximadas 02°49'24,79"N e 60°27'28,60"Wgr., localizado na confluência do Igarapé Ventania com o Igarapé Mata-Mata; daí, segue no sentido montante pelo Igarapé Mata-Mata até a confluência com o Igarapé Folharal, no Ponto 3 de coordenadas geográficas aproximadas 02°48'27,54"N e 60°25'06,99"Wgr.

**LESTE** : Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta no azimute à ser confirmado no terreno até o Ponto 4 de coordenadas geográficas aproximadas 02°45'24,237"N e 60°29'13,31"Wgr., localizado na "Laje da Matinta" junto ao Igarapé Surrão; daí, segue no sentido montante pelo citado igarapé até o Ponto 5 de coordenadas geográficas aproximadas 02°44'15,17"N e 60°27'51,68"Wgr.

**SUL** : Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta no azimute e distância aproximados 255°24'14" - 6.100 metros até o Ponto 6 de coordenadas geográficas aproximadas 02°43'25,56"N e 60°31'02,77"Wgr., localizado no Igarapé Cachorro ou Surrãozinho, junto a confluência com o Igarapé Pataua, confronta-se neste trecho com a Área Indígena Malacacheta.

**OESTE** : Do ponto antes descrito, segue no sentido montante pelo Igarapé Pataua até sua cabeceira, no Ponto 7 de coordenadas geográficas aproximadas 02°43'55,02"N e 60°31'21,31"Wgr.; daí, segue por uma linha reta no azimute e distância aproximados 270°00' - 350 metros até o Ponto 8 de coordenadas geográficas aproximadas 02°43'55,05"N e 60°31'32,63"Wgr., localizado na cabeceira do Igarapé da Onça; daí, segue no sentido jusante pelo citado Igarapé até a confluência com o Igarapé Inácio, no Ponto 9 de coordenadas geográficas aproximadas 02°45'33,08"N e 60°34'51,45"Wgr.; daí, segue por uma linha reta no azimute e distância aproximados 29°55'54" - 7.616 metros até o Ponto 1, inicial da descrição.

RT.: JOSÉ JAIME MANCIN - Engenheiro CREA nº 57.806/D